

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na <a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a> - Código Civil.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	CAPÍTULO I
	DO OBJETO
	<b>Art. 1º</b> Esta Medida Provisória dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos - Sira, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na <a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a> - Código Civil.
	CAPÍTULO II
	DA FACILITAÇÃO PARA ABERTURA DE EMPRESAS
<a href="#">Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007</a>	<b>Art. 2º</b> A <a href="#">Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º Fica criada a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, com a finalidade de propor ações e normas aos seus integrantes, cuja participação na sua composição será obrigatória para os órgãos federais e voluntária, por adesão mediante consórcio, para os órgãos, autoridades e entidades não federais com competências e atribuições vinculadas aos assuntos de interesse da Redesim.	“Art. 2º .....
Parágrafo único. A Redesim será administrada por um Comitê Gestor presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e sua composição, estrutura e funcionamento serão definidos em regulamento.	<b>§ 1º</b> A Redesim será administrada por um Comitê Gestor presidido pelo <b>Ministério da Economia</b> , <b>conforme</b> regulamento. ^



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1040/2021




LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 2º A composição, a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor serão definidos em regulamento, que contemplará representação dos órgãos e das entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas e no processo de licenciamento e autorizações de funcionamento.” (NR)
Art. 4º Os órgãos e entidades que componham a Redesim, no âmbito de suas competências, deverão manter à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e <b>quanto</b> à viabilidade do registro ou inscrição.	“Art. 4º Os órgãos e <b>as</b> entidades envolvidos no <b>processo de registro e legalização de empresas</b> , no âmbito de suas competências, deverão manter à disposição dos usuários, de forma <b>gratuita, por meio presencial e da internet</b> , informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias <b>sobre as</b> etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas <b>e licenciamento e autorizações de funcionamento</b> , de modo a <b>fornecer</b> ao usuário <b>clareza</b> quanto à documentação exigível e <b>à</b> viabilidade <b>locacional, de nome empresarial, de registro, de licenciamento</b> ou inscrição. .....
	“Art. 5º-A Ato do Poder Executivo federal disporá sobre a classificação de risco das atividades, válida para todos os integrantes da Redesim, a ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 3º da <u>Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019</u> , e observado o disposto no § 5º do art. 4º.
	§ 1º Na hipótese de sobrevir legislação estadual, distrital ou municipal específica que disponha sobre a classificação de atividades, o ente federativo que editar a norma específica informará ao Comitê Gestor da Redesim.
	§ 2º Os atos públicos de liberação relativos à operação de estabelecimento empresarial terão vigência indeterminada, exceto quando houver risco, o que será fundamentado em ato da autoridade competente.” (NR)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 6º Os Municípios que aderirem à Redesim emitirão Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.	“Art. 6º Sem prejuízo do disposto no inciso I do caput do art. 3º da <a href="#">Lei nº 13.874, de 2019</a> , nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio, na forma prevista no art. 5º-A, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e das entidades de registro, nos termos estabelecidos em resolução do Comitê Gestor da Redesim.
§ 1º A conversão do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada à apresentação das licenças ou autorizações de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes.	^
§ 2º Caso os órgãos e entidades competentes não promovam as respectivas vistorias no prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório, este se converterá, automaticamente, em definitivo.	^
§ 3º O Alvará de Funcionamento Provisório será emitido contra a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade pelo empresário ou responsável legal pela sociedade, no qual este firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio.	§ 1º O alvará de funcionamento ^ será emitido com a assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, que firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio.
§ 4º Do Termo de Ciência e Responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas com anterioridade ao início da atividade do empresário ou da pessoa jurídica, para a obtenção das licenças necessárias à eficácia plena do Alvará de Funcionamento.	§ 2º No termo de ciência e responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas antes do início da atividade empresarial ^.
	§ 3º O Comitê Gestor da Redesim comunicará ao responsável pela integração nos Estados e no Distrito Federal sobre o recebimento de classificação própria prevista em legislação estadual, distrital ou municipal específica, hipótese na qual o sistema aplicará a classificação respectiva em vez da estabelecida pelo Comitê Gestor da Redesim na forma prevista no caput do art. 5º-A.

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 4º A emissão automática de que trata o caput não obsta a fiscalização dos órgãos ou das entidades estaduais, distritais ou municipais competentes.” (NR)
	“Art. 11-A. Não poderão ser exigidos, no processo de registro de empresários e pessoas jurídicas realizado pela Redesim:
	I - dados ou informações que constem da base de dados do Governo federal; e
	II - coletas adicionais à realizada no âmbito do sistema responsável pela integração, a qual deverá bastar para a realização do registro e das inscrições, inclusive no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, e para a emissão das licenças e dos alvarás para o funcionamento do empresário ou da pessoa jurídica.
	Parágrafo único. A inscrição fiscal federal no CNPJ dispensa a necessidade de coleta de dados adicionais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e a Fazenda Pública da União permutará as informações cadastrais fiscais com os entes federativos respectivos.” (NR)
<a href="#">Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994</a>	<b>Art. 3º</b> A <a href="#">Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 4º O Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia tem por finalidade:	“Art. 4º ..... .....
X - instruir, examinar e encaminhar os processos e recursos a serem decididos pelo Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, inclusive os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade estrangeira, sem prejuízo da competência de outros órgãos federais;	X - instruir, examinar e encaminhar ^ os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País por sociedade estrangeira, ressaltada a competência de outros órgãos federais; .....” (NR)
Art. 35. Não podem ser arquivados:	“Art. 35. .... .....
III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital, bem como a declaração precisa de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa;	III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital^ e a declaração ^ de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa;

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
V - os atos de empresas mercantis com nome idêntico ou semelhante a outro já existente;	V - os atos de empresas mercantis com nome idêntico <sup>^</sup> a outro já existente; .....
Parágrafo único. O registro dos atos constitutivos e de suas alterações e extinções ocorrerá independentemente de autorização governamental prévia, e os órgãos públicos deverão ser informados pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) a respeito dos registros sobre os quais manifestarem interesse.	<b>§ 1º</b> O registro dos atos constitutivos e de suas alterações e extinções ocorrerá independentemente de autorização governamental prévia <sup>^</sup> e os órgãos públicos deverão ser informados pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Redesim a respeito dos registros sobre os quais manifestarem interesse.
	<b>§ 2º</b> Eventuais casos de colidência entre nomes empresariais por semelhança poderão ser questionados pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.” (NR)
	“Art. 35-A. O empresário ou a pessoa jurídica poderá optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei.” (NR)
Art. 56. Os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o previsto no art. 58 desta lei.	“Art. 56. Os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o disposto no art. 57 <sup>^</sup> .” (NR)
Art. 57. Os atos de empresas, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser devolvidos pela juntas comerciais, conforme dispuser o regulamento.	“Art. 57. Quaisquer atos e documentos, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, conforme disposto em regulamento.
	Parágrafo único. Antes da eliminação, será concedido o prazo de trinta dias para os acionistas, diretores e procuradores das empresas ou outros interessados retirarem, facultativamente, a documentação original, sem qualquer custo.” (NR)
Art. 63. Os atos levados a arquivamento nas juntas comerciais são dispensados de reconhecimento de firma, exceto quando se tratar de procuração.	“Art. 63. Os atos levados a arquivamento nas juntas comerciais são dispensados de reconhecimento de firma <sup>^</sup> . .....

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 64. A certidão dos atos de constituição e de alteração de sociedades mercantis, passada pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou aumento do capital <b>social</b> .	“Art. 64. A certidão dos atos de constituição e de alteração de <b>empresários individuais, empresa individual de responsabilidade limitada e</b> sociedades mercantis, <b>fornecida</b> pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou o aumento do capital <b>^</b> .” (NR)
	<b>Art. 4º</b> Os órgãos, as entidades e as autoridades competentes disporão do prazo de sessenta dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, para se adequar às alterações promovidas na <a href="#">Lei nº 11.598, de 2007</a> , de que trata o art. 2º.
	§ 1º Compete ao Ministério da Economia notificar os órgãos, as entidades e as autoridades competentes quanto às alterações promovidas na <a href="#">Lei nº 11.598, de 2007</a> , no prazo de cinco dias úteis, contado da data de publicação desta Medida Provisória.
	§ 2º Será assegurado aos Municípios o direito de denunciar, a qualquer tempo, a sua adesão por meio do consórcio de que trata o art. 2º da <a href="#">Lei nº 11.598, de 2007</a> .
	§ 3º Será assegurado aos integradores estaduais o direito de solicitar a sua substituição por outro órgão ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória.
	§ 4º Na hipótese prevista no § 3º ou de descumprimento das normas da Redesim pelo integrador estadual, o Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios definirá o órgão que assumirá a função de integrador estadual.
	CAPÍTULO III
	DA PROTEÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS
<a href="#">Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976</a>	<b>Art. 5º</b> A <a href="#">Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 122. Compete privativamente à assembleia geral: .....	“Art. 122. ....



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; <b>e</b>	VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; <b>^</b>
IX - autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.	IX - autorizar os administradores a confessar falência e a pedir <b>recuperação judicial</b> ; e
	<b>X - deliberar, quando se tratar de companhias abertas, sobre:</b>
	<b>a) a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e</b>
	<b>b) a celebração de transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de relevância a serem definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.</b>
Parágrafo único. Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de concordata poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, convocando-se imediatamente a assembléia-geral, para manifestar-se sobre a matéria.	Parágrafo único. Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, <b>hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para <b>deliberar</b> sobre a matéria.</b> ” (NR)
Art. 124. A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.	“Art. 124. ....
§ 1º A primeira convocação da assembléia-geral deverá ser feita: .....	§ 1º ..... .....
II - na companhia aberta, o prazo de antecedência da primeira convocação será de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias.	II - na companhia aberta, o prazo de antecedência da primeira convocação será de <b>30 (trinta)</b> dias e o da segunda convocação será de 8 (oito) dias. .....
§ 5º A Comissão de Valores Mobiliários poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia:	§ 5º .....

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
I - aumentar, para até 30 (trinta) dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia-geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; .....	I - declarar quais documentos e informações relevantes para a deliberação da assembleia geral não foram tempestivamente disponibilizados aos acionistas e determinar o adiamento da assembleia por até 30 (trinta) dias, contado da data de disponibilização dos referidos documentos e informações aos acionistas; e .....
Art. 138. A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria. .....	“Art. 138. .... .....
	§ 3º É vedada, nas companhias abertas, a acumulação do cargo de presidente do conselho de administração e do cargo de diretor-presidente ou de principal executivo da companhia.
	§ 4º A Comissão de Valores Mobiliários poderá excepcionar a vedação de que trata o § 3º para as companhias com menor faturamento, nos termos de sua regulamentação.” (NR)
Art. 140. O conselho de administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela assembleia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, devendo o estatuto estabelecer: .....	“Art. 140. .... .....
Parágrafo único. O estatuto poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representem.	§ 1º O estatuto poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representam.
	§ 2º Na composição do conselho de administração das companhias abertas, é obrigatória a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.” (NR)
	Art. 6º A Comissão de Valores Mobiliários poderá estabelecer regras de transição para as obrigações decorrentes do disposto neste Capítulo.
	CAPÍTULO IV
	DA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR
	Seção I
	Das licenças, autorizações ou exigências administrativas para importações ou exportações

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	<b>Art. 7º</b> Fica vedado aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta estabelecer limites aos valores de mercadorias ou de serviços correlatos praticados nas importações ou nas exportações ou deixar de autorizar ou de licenciar operações de importação ou de exportação em razão dos valores nelas praticados.
	Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos regulamentos ou aos procedimentos de natureza tributária ou aduaneira de competência da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.
	<b>Art. 8º</b> Será provida aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior solução de guichê único eletrônico por meio do qual possam encaminhar documentos, dados ou informações aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta como condição para a importação ou exportação de bens a ponto único acessível por meio da internet.
	§ 1º O órgão ou a entidade responsável pela exigência administrativa, após a análise dos documentos, dos dados ou das informações recebidas por meio da solução referida no caput, notificará o demandante do resultado por meio do próprio guichê único eletrônico nos prazos previstos na legislação.
	§ 2º A solução de que trata o caput deverá:
	I - permitir aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior conhecer as exigências administrativas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta para a concretização de operações de importação ou de exportação; e
	II - atender ao disposto no Artigo 10, parágrafo 4, do Acordo sobre a Facilitação do Comércio anexo ao Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, promulgado pelo <a href="#">Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018</a> .

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 3º O recolhimento das taxas impostas por órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta em razão do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviço público relacionado a operações de comércio exterior ocorrerá preferencialmente por meio da solução de guichê único eletrônico a que se refere o caput.
	§ 4º Compete ao Ministério da Economia a gestão da solução de guichê único eletrônico a que se refere o caput.
	<b>Art. 9º</b> Fica vedado aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta exigir o preenchimento de formulários em papel ou em formato eletrônico ou a apresentação de documentos, dados ou informações para a realização de importações ou exportações por outros meios, distintos da solução de guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º.
	§ 1º O disposto no caput não se aplica:
	I - quando, em razão de circunstâncias técnicas ou operacionais excepcionais relacionadas a determinada exportação ou importação, não for possível o uso da solução de guichê único a que se refere o art. 8º; e
	II - aos procedimentos de habilitação, de registro ou de certificação de estabelecimentos, produtos ou processos produtivos relacionados com o comércio doméstico ou de modo análogo a este.
	§ 2º As exigências vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.
	<b>Art. 10.</b> Fica vedada aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta a imposição de exigência de licença ou de autorização sobre importação ou exportação em razão de características das mercadorias, quando não estiverem previstas em ato normativo.
	Parágrafo único. As exigências de que trata o caput vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.
	Seção II

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Do comércio exterior de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados
<a href="#">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro 2011</a>	<b>Art. 11.</b> A <a href="#">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro 2011</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 25. É instituída a obrigação de prestar informações para fins econômico-comerciais ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativas às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.	“Art. 25. Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta, ressalvada a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, compartilharão com a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia dados e informações relativos às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.
§ 1º A prestação das informações de que trata o caput <b>deste artigo</b> :	§ 1º O compartilhamento de que trata o caput <b>^</b> :
I – será estabelecida na forma, no prazo e nas condições definidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;	I - será realizado nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal;
II – não compreende as operações de compra e venda efetuadas exclusivamente com mercadorias; <b>e</b>	II - observará os requisitos de sigilo e segurança da informação previstos em lei; <b>^</b>
III – será efetuada por meio de sistema eletrônico a ser disponibilizado na rede mundial de computadores.	III - poderá abranger dados e informações obtidos:
	a) no cumprimento de obrigações tributárias acessórias;
	b) na realização de operações no mercado de câmbio; <b>e</b>
	c) em pesquisas realizadas para produção, análise e disseminação de informações de natureza estatística; <b>e</b>
	IV - observará o disposto na <a href="#">Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</a> .
§ 2º Os serviços, os intangíveis e as outras operações de que trata o caput deste artigo serão definidos na Nomenclatura de que trata o art. 24.	§ 2º Ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do dirigente máximo do órgão ou da entidade da administração pública federal direta e indireta que detiver os dados e as informações estabelecerá as regras complementares para o compartilhamento de que trata o caput.” (NR)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 26. As informações de que trata o art. 25 serão utilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na sistemática de coleta, tratamento e divulgação de estatísticas, no auxílio à gestão e ao acompanhamento dos mecanismos de apoio ao comércio exterior de serviços, intangíveis e às demais operações, instituídos no âmbito da administração pública, bem como no exercício das demais atribuições legais de sua competência.	“Art. 26. Os dados e as informações de que trata o art. 25 serão utilizados pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia para a elaboração e a compilação de dados estatísticos e para o exercício de outras competências institucionais definidas em ato do Poder Executivo federal.” (NR)
Art. 27. O Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior emitirão as normas complementares para o cumprimento do disposto nos arts. 24 a 26 desta Lei.	“Art. 27. Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá normas complementares ao cumprimento do disposto nos art. 24 ao art. 26 ^.” (NR)
	Seção III
	Da origem não preferencial
<a href="#">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro 2011</a>	<b>Art. 12.</b> A <a href="#">Lei nº 12.546, de 2011</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 29. As investigações de defesa comercial sob a competência do Departamento de Defesa Comercial (Decom) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior serão baseadas na origem declarada do produto.	“Art. 29. As investigações de defesa comercial sob a competência da ^ Secretaria de Comércio Exterior ^ da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia serão baseadas na origem declarada do produto. .....
Art. 31. Respeitados os critérios decorrentes de ato internacional de que o Brasil seja parte, tem-se por país de origem da mercadoria aquele onde houver sido produzida ou, no caso de mercadoria resultante de material ou de mão de obra de mais de um país, aquele onde houver recebido transformação substancial.	“Art. 31. ....
§ 1º Considera-se mercadoria produzida, para fins do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei:	§ 1º .....
I – os produtos totalmente obtidos, assim entendidos:	I - .....
h) mercadorias obtidas por uma pessoa jurídica de um país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho; e	h) mercadorias obtidas por pessoa jurídica de ^ país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho; ^
i) mercadorias obtidas do espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidas por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país;	i) bens obtidos no espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidos por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país; e

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	j) mercadorias produzidas exclusivamente com materiais listados nas alíneas “a” a “i”; .....
§ 2º Entende-se por transformação substancial, para efeito do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei, os produtos em cuja elaboração forem utilizados materiais não originários do país, quando resultantes de um processo de transformação que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados em uma posição tarifária (primeiros 4 (quatro) dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias – SH) diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.	§ 2º Entende-se ter passado por transformação substancial, para fins do disposto no art. 28 ao art. 45 ^;  I - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando resultante de ^ processo de transformação que lhe confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estar classificado em ^ posição tarifária (primeiros ^ quatro^ dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias - SH) diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º; ou  II - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando o valor aduaneiro desses materiais não exceder cinquenta por cento do valor Free on Board - FOB do produto, ressalvado o disposto no § 3º.
§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou processo efetuado no seu território, pelo qual adquire a forma final em que será comercializado, quando, na operação ou no processo, for utilizado material ou insumo não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que essas operações alterem a classificação do produto, considerada a 4 (quatro) dígitos.	§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou processo efetuado no seu território^ pelo qual adquira a forma final em que será comercializado^ quando, na operação ou no processo, for utilizado material ^ não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que esses resultem no cumprimento do disposto no § 2º ou em outros critérios estabelecidos pelo Poder Executivo federal na forma do disposto no art. 32.



## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 4º Caso não sejam atendidos os requisitos referidos no § 2º, o produto será considerado originário do país de origem dos materiais que representem a maior participação no valor FOB.” (NR)
Art. 34. A comprovação de origem será verificada mediante a apresentação pelo exportador/produtor ou pelo importador de informações relativas, dentre outras: .....	“Art. 34. .... .....
V – ao índice de insumos não originários utilizados na obtenção do produto.	V - ao índice de <b>materiais</b> não originários utilizados na obtenção do produto.
§ 1º A apresentação das informações a que se refere o caput não exclui a possibilidade de realização de diligência ou fiscalização no estabelecimento produtor ou exportador. .....	§ 1º A apresentação das informações a que se refere o caput não exclui a possibilidade de realização de diligência ou fiscalização <b>nos estabelecimentos</b> do produtor <b>estrangeiro, do importador</b> ou <b>do</b> exportador. .....
	§ 3º Na hipótese de o produtor estrangeiro, o exportador ou o importador negar acesso às informações referidas neste artigo, não as fornecer tempestivamente ou criar obstáculos ao procedimento de verificação de origem não preferencial, a mercadoria será presumida como originária do país gravado com a medida de defesa comercial que motivou a abertura de investigação de origem não preferencial.” (NR)
Art. 36. Compete à Secex realizar a verificação de origem não preferencial, mediante denúncia ou de ofício, na fase de licenciamento de importação.	“Art. 36. Compete à <b>Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia</b> realizar a verificação de origem não preferencial, <b>por meio da apresentação de denúncia ou de ofício,</b> quando houver indícios da não observância ao disposto nos art. 31, art. 32 e art. 34.
	§ 1º Iniciado o procedimento de verificação de origem não preferencial, o produtor estrangeiro será notificado para a apresentação das informações de que trata o art. 34.
	§ 2º A origem determinada pela Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia com a conclusão do procedimento de verificação de origem não preferencial será aplicada a todas as importações de mercadorias idênticas do mesmo exportador ou produtor.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 3º A Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia poderá rever a origem a que se refere o § 2º por meio da apresentação, por parte do interessado, das informações referidas no art. 34, de modo a demonstrar o atendimento às regras de origem não preferenciais a que se referem os art. 31 e art. 32.” (NR)
Art. 40. No caso de importação de produto submetido à restrição quantitativa, quando não for comprovada a origem declarada, o importador é obrigado a devolver os produtos ao exterior.	“Art. 40. ....
Parágrafo único. O importador arcará com os ônus decorrentes da devolução ao exterior dos produtos a que se refere o caput.	§ 1º O importador arcará com os ônus decorrentes da devolução ao exterior dos produtos a que se refere o caput.
	§ 2º Na hipótese de restrição quantitativa relativa à aplicação de cotas, a devolução ao exterior estará limitada ao que exceder a cota.” (NR)
	CAPÍTULO V
	DO SISTEMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS
	<b>Art. 13.</b> Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sob a governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Sira, constituído por conjunto de instrumentos, mecanismos e iniciativas destinados a:
	I - facilitar a identificação e a localização de bens e devedores; e
	II - a constrição e a alienação de ativos.
	<b>Art. 14.</b> São objetivos do Sira:
	I - promover o desenvolvimento nacional e o bem-estar social por meio da redução dos custos de transação de concessão de créditos por meio do aumento do índice de efetividade das ações que envolvam a recuperação de créditos;
	II - conferir efetividade às decisões judiciais que visem à satisfação das obrigações de todas as naturezas, em âmbito nacional;
	III - reunir dados cadastrais, relacionamentos e bases patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas para subsidiar a tomada de decisão, no âmbito de processo judicial em que seja demandada a recuperação de créditos públicos ou privados;

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	IV - fornecer aos usuários, conforme os respectivos níveis de acesso, os dados cadastrais, os relacionamentos e as bases patrimoniais das pessoas requisitadas, de forma estruturada e organizada; e
	V - garantir, com a quantidade, a qualidade e a tempestividade necessárias, os insumos de dados e informações relevantes para a recuperação de créditos públicos ou privados.
	<b>Art. 15.</b> São princípios do Sira:
	I - máxima efetividade e eficiência na identificação e na recuperação de ativos e na proteção do crédito e do credor;
	II - promoção da transformação digital e estímulo ao uso de soluções tecnológicas na recuperação de créditos públicos e privados;
	III - racionalização e sustentabilidade econômico-financeira das soluções de tecnologia da informação e comunicações de dados, permitida a atribuição aos usuários, quando houver, dos custos de operacionalização do serviço, na forma prevista em regulamento;
	IV - respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas e às instituições, na forma prevista em lei; e
	V - ampla interoperabilidade e integração com os sistemas utilizados pelo Poder Judiciário, de forma a subsidiar a tomada de decisão e racionalizar e permitir o cumprimento eficaz de ordens judiciais relacionadas à recuperação de ativos.
	<b>Art. 16.</b> Ato do Presidente da República disporá sobre:
	I - as regras e as diretrizes para o compartilhamento de dados e informações;
	II - a relação nominal das bases mínimas que comporão o Sira;
	III - a periodicidade com que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresentará ao Ministério da Economia e ao Conselho Nacional de Justiça relatório sobre as bases geridas e integradas;

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	IV - o procedimento administrativo para o exercício, na forma prevista em lei, do poder de requisição das informações contidas em bancos de dados geridos por órgãos e entidades, públicos e privados, e o prazo para atendimento da requisição, sem prejuízo da celebração de acordos de cooperação, convênios e ajustes de qualquer natureza, quando necessário;
	V - a forma de sustentação econômico-financeira do Sira; e
	VI - as demais competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do órgão central de tecnologia da informação no âmbito do Sira.
	CAPÍTULO VI
	DAS COBRANÇAS REALIZADAS POR CONSELHOS PROFISSIONAIS
<a href="#">Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011</a>	<b>Art. 17.</b> A <a href="#">Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 8º Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.	“Art. 8º ..... ”
Parágrafo único. O disposto no caput não limitará a realização de medidas administrativas de cobrança, a aplicação de sanções por violação da ética ou a suspensão do exercício profissional.	Parágrafo único. O disposto no caput não <b>obsta ou limita</b> a realização de medidas administrativas de cobrança, <b>tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa.</b> ” (NR)
	CAPÍTULO VII
	DA PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE PÚBLICO
	<b>Art. 18.</b> São requisitos para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público:
	I - ter capacidade civil;
	II - ter formação em curso superior completo em qualquer área do conhecimento;
	III - ser brasileiro nato ou naturalizado;
	IV - ser aprovado em concurso para aferição de aptidão;
	V - não estar enquadrado nas hipóteses de inelegibilidade previstas na alínea “e” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e
	VI - ter registro na junta comercial do local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	<b>Art. 19.</b> O tradutor e intérprete público poderá se habilitar e se registrar para um ou mais idiomas estrangeiros.
	<b>Art. 20.</b> O cumprimento do disposto no art. 18 habilita o tradutor e intérprete público a atuar em qualquer Estado e no Distrito Federal e a manter inscrição apenas no local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.
	<b>Art. 21.</b> O concurso para aferição de aptidão de que trata o inciso IV do caput do art. 18:
	I - será válido por prazo indefinido;
	II - incluirá prova escrita e prova oral, com simulação de interpretação consecutiva, para avaliar a compreensão das sutilezas e dificuldades de cada um dos idiomas;
	III - será organizado nacionalmente pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, com apoio das juntas comerciais dos Estados e do Distrito Federal; e
	IV - será regido pelas normas editadas pelo Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.
	<b>Art. 22.</b> São atividades privativas dos tradutores e intérpretes públicos:
	I - traduzir qualquer documento que tenha de ser apresentado em outro idioma perante pessoa jurídica de direito público interno ou serviços notariais e de registro de notas ou de títulos e documentos;
	II - realizar traduções oficiais, quando exigido por lei;
	III - interpretar e verter verbalmente, perante ente público, a manifestação de pessoa que não domine a língua portuguesa se não houver agente público apto a realizar a atividade ou se exigido por lei específica;
	IV - transcrever, traduzir ou verter mídia eletrônica de áudio ou vídeo, em outro idioma, certificada por ato notarial; e

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	V - realizar, quando solicitados pela autoridade competente, os exames necessários à verificação da exatidão de qualquer tradução que tenha sido arguida como incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta.
	Parágrafo único. O disposto no caput não impede:
	I - a designação, pela autoridade competente, de tradutor e intérprete público ad hoc no caso de inexistência, impedimento ou indisponibilidade de tradutor e intérprete público habilitado para o idioma; e
	II - a realização da atividade por agente público:
	a) ocupante de cargo ou emprego com atribuições relacionadas com a atividade de tradutor ou intérprete; ou
	b) com condições de realizar traduções e interpretações simples e correlatas com as atribuições de seu cargo ou emprego.
	<b>Art. 23.</b> Presumem-se fiéis e exatas as traduções realizadas pelos tradutores e intérpretes públicos.
	§ 1º Nenhuma tradução terá fé pública se não for realizada por tradutor e intérprete público, exceto as traduções:
	I - feitas por corretores de navios, em sua área de atuação;
	II - dos manifestos e documentos que as embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho aduaneiro;
	III - realizadas por agentes públicos com cargo ou emprego de tradutor ou intérprete ou que sejam inerentes às atividades do cargo ou emprego; e
	IV - que se enquadrem nas hipóteses previstas em ato do Poder Executivo federal.
	§ 2º A presunção de que trata o caput não afasta:
	I - a obrigação de o documento na língua original acompanhar a sua respectiva tradução; e
	II - a possibilidade de ente público ou qualquer interessado impugnar, nos termos estabelecidos nas normas de processo administrativo ou de processo judicial aplicáveis ao caso concreto, a fidedignidade ou exatidão da tradução.

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	<b>Art. 24.</b> Os tradutores e intérpretes públicos que realizarem traduções incompletas, imprecisas, erradas ou fraudulentas estarão sujeitos às seguintes sanções, além de eventual responsabilização civil e criminal:
	I - advertência;
	II - suspensão do registro por até um ano; e
	III - cassação do registro, vedada nova habilitação em prazo inferior a quinze anos.
	Parágrafo único. A dosimetria da pena considerará:
	I - as punições recebidas pelo tradutor e intérprete público nos últimos dez anos;
	II - a existência ou não de má-fé; e
	III - a gravidade do erro ou a configuração de culpa grave.
	<b>Art. 25.</b> O processo administrativo contra os tradutores e intérpretes públicos seguirá o disposto na <a href="#">Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999</a> .
	<b>Art. 26.</b> O processo administrativo será processado e julgado pela junta comercial do Estado ou do Distrito Federal no qual o tradutor e intérprete público estiver inscrito.
	Parágrafo único. Caberá recurso da decisão da junta comercial ao Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, que decidirá em última instância.
	<b>Art. 27.</b> Os tradutores públicos e intérpretes comerciais que, na data de entrada em vigor desta Medida Provisória, já estavam habilitados na forma prevista no regulamento aprovado pelo Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, poderão continuar a exercer as atividades no território nacional, nos termos do disposto neste Capítulo.
	<b>Art. 28.</b> O tradutor e intérprete público poderá optar por se organizar na forma de sociedade unipessoal.
	<b>Art. 29.</b> Os tradutores e intérpretes públicos poderão realizar os seus atos em meio eletrônico, atendido o disposto na <a href="#">Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001</a> .



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1040/2021





LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	<b>Art. 30.</b> O Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Capítulo.
	CAPÍTULO VIII
	DA OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE
	<b>Art. 31.</b> Na execução de obras de extensão de redes aéreas de distribuição de responsabilidade da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, a licença ou autorização para realização de obras em vias públicas, quando for exigida e não houver prazo estabelecido pelo Poder Público local, será emitida pelo órgão público competente no prazo de cinco dias úteis, contado da data de apresentação do requerimento.
	§ 1º Na hipótese de não haver decisão do órgão competente após o encerramento do prazo estabelecido no caput ou na legislação local, a concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica ficará autorizada a realizar a obra em conformidade com as condições estabelecidas no requerimento apresentado, observada a legislação aplicável.
	§ 2º Na hipótese de descumprimento das condições estabelecidas no requerimento ou na legislação aplicável, o órgão público poderá cassar, a qualquer tempo, a licença ou autorização a que se refere o § 1º, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório à concessionária ou permissionária.
	§ 3º O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente às solicitações de conexão em área urbana, com potência contratada de até 140 kVA (cento e quarenta quilovolt-ampere), cuja distância até a rede de distribuição mais próxima seja de, no máximo, cento e cinquenta metros e onde não haja a necessidade de realização de obras de ampliação, reforço ou melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica existente.
	CAPÍTULO IX
	DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1040/2021





LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a>	<b>Art. 32.</b> A <a href="#">Lei nº 10.406, de 2002</a> - Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:
	<b>“Art. 206-A.</b> A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão.” (NR)
	CAPÍTULO X
	DISPOSIÇÕES FINAIS
	<b>Art. 33.</b> Ficam revogados:
<a href="#">Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943</a> Estabelece novo Regulamento para o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial no território da República.	I - o <a href="#">Decreto nº 13.609, de 1943</a> ;
<a href="#">Decreto nº 20.256, de 20 de dezembro de 1945</a> Altera dispositivos do Regulamento sobre o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial.	II - o <a href="#">Decreto nº 20.256, de 20 de dezembro de 1945</a> ;
<a href="#">Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953</a> Cria a Carteira de Comércio Exterior. Dispõe Sobre o Intercâmbio Comercial com o Exterior, e dá outras providências.	III - a <a href="#">Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953</a> ;
<a href="#">Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955</a> Art. 1º - É prorrogado até 30 de junho de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior nos termos estabelecidos na <a href="#">Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953</a> .	IV - o art. 1º da <a href="#">Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955</a> ;
<a href="#">Lei nº 2.698, de 27 de dezembro de 1955</a> Art. 1º O item II do § 2º e o § 5º do art. 9º da <a href="#">lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1952</a> , passam a vigorar com a seguinte redação:	V - o art. 1º da <a href="#">Lei nº 2.698, de 27 de dezembro de 1955</a> ;
"Art. 9º .....	
§ 2º .....	
II - à pavimentação de estradas de rodagem, em proporção de 30% (trinta por cento) das sobretaxas arrecadadas, uma só vez ou em parcelas, antes ou depois da refinação no Brasil, pela importação de petróleo e seus derivados, depois de regularizadas as operações cambiais realizadas, antes desta lei por conta do Tesouro Nacional.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 5º O produto da arrecadação de 30% (trinta por cento), previsto no inciso II do § 2º deste artigo, será diretamente recolhido pelo Banco do Brasil, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para aplicação na pavimentação de rodovias e na construção, revestimento ou pavimentação de rodovias destinadas a substituir ramais ferroviários reconhecidamente deficitários".	
<a href="#">Lei nº 2.807, de 28 de junho de 1956</a> Prorroga, até 31 de dezembro de 1956, o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior.	VI - a <a href="#">Lei nº 2.807, de 28 de junho de 1956</a> ;
<a href="#">Lei nº 2.815, de 6 de julho de 1956</a> Modifica o inciso VII do art. 7º da <a href="#">Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953</a> (Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio com o exterior, e dá outras providências).	VII - a <a href="#">Lei nº 2.815, de 6 de julho de 1956</a> ;
<a href="#">Lei nº 3.053, de 22 de dezembro de 1956</a>	VIII - o art. 1º da <a href="#">Lei nº 3.053, de 22 de dezembro de 1956</a> ;
Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de junho de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos da <a href="#">Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953</a> , prorrogada na forma da Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955, e da Lei nº 2.807, de 28 de junho de 1956.	
<a href="#">Lei nº 3.187, de 28 de junho de 1957</a> Prorroga, até 31 de julho de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior.	IX - a <a href="#">Lei nº 3.187, de 28 de junho de 1957</a> ;
<a href="#">Lei nº 3.227, de 27 de julho de 1957</a> Prorroga, até 15 de agosto de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior.	X - a <a href="#">Lei nº 3.227, de 27 de julho de 1957</a> ;
<a href="#">Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964</a> Dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e dá outras providências.	XI - a <a href="#">Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964</a> ;
<a href="#">Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966</a>	XII - os art. 14 e art. 15 da <a href="#">Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966</a> ;
Art. 14. O artigo 2º, da <a href="#">Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953</a> , passa a ter a seguinte redação:	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
"Art. 2º Nos termos dos artigos 19 e 59, da <a href="#">Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964</a> , compete ao Banco da Brasil S.A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, observadas as decisões, normas e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior:	
I - Emitir licenças de exportação e importação, cuja exigência será limitada aos casos impostos pelo interesse nacional.	
II - Exercer, prévia ou posteriormente a fiscalização de preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação, diretamente ou em colaboração com quaisquer outros órgãos governamentais.	
III - Exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, qualidades e tipos nas operações de importação, respeitadas as atribuições e competência das repartições aduaneiras.	
IV - Financiar a exportação e a produção para exportação de produtos industriais, bem como, quando necessário, adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, estoques de outros produtos exportáveis.	
V - Adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, produtos de importação necessários ao abastecimento do mercado interno, ao equilíbrio dos preços e à formação de estoques reguladores, sempre que o comércio importador não tenha condições de fazê-lo de forma satisfatória.	
VI - Colaborar, com o órgão competente, na aplicação do regime da similariedade e do mecanismo de "draw-back".	
VII - Elaborar, em cooperação com os órgãos do Ministério da Fazenda, as estatísticas do comércio exterior.	
VIII - Executar quaisquer outras medidas relacionadas com o comércio exterior que lhe forem atribuídas.	
Art. 15. No caso de dúvidas quanto aos preços a que se refere o item III, do artigo 2º, da <a href="#">Lei 2.145, de 29 de dezembro de 1953</a> , poderá a CACEX solicitar, dos importadores ou às repartições governamentais no exterior, elementos comprobatórios do preço de venda dos produtos, no mercado interno do país exportador.	

 Texto alterado
  Texto revogado
  Texto excluído
  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo





LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<a href="#">Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969</a>	XIII - o art. 15 do <a href="#">Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969</a> ;
Art. 15. O artigo 10 da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, passa a vigorar com a seguinte redação:	
"Art. 10. Fica a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. autorizada a cobrar exclusivamente na importação e pela emissão de licenças de importação, guias de importação ou qualquer documento do efeito equivalente, taxa de expediente não excedente de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor das importações.	
Parágrafo único. A emissão de documentos relativos às importações de alimentos e pequenas utilidades, a título de doação e destinados a fins assistenciais ou filantrópicos, fica isenta do pagamento da taxa prevista neste artigo".	
<a href="#">Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969</a>	XIV - o art. 2º do <a href="#">Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969</a> ;
Art 2º Será feito, obrigatoriamente, em navios de bandeira brasileira, respeitado o princípio da reciprocidade, o transporte de mercadorias importadas por qualquer Órgão da administração pública federal, estadual e municipal, direta ou indireta inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como as importadas com quaisquer favores governamentais e, ainda, as adquiridas com financiamento, total ou parcial, de estabelecimento oficial de crédito, assim também com financiamento externos, concedidos a órgãos da administração pública federal, direta ou indireta.	
§ 1º A Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAN - poderá, com a aprovação prévia do Conselho Nacional de Comércio Exterior - CONCEX, estender a obrigatoriedade prevista neste artigo a mercadorias nacionais exportadas.	
§ 2º A obrigatoriedade prevista neste artigo será extensivo às mercadorias cujo transporte esteja regulado em acordos ou convênios firmados ou reconhecidos pelas autoridades brasileiras obedecidas as condições nos mesmos fixadas.	
	XV - a parte do art. 1º do <a href="#">Decreto-Lei nº 687, de 18 de julho de 1969</a> , que altera o art. 2º do <a href="#">Decreto-Lei nº 666, de 1969</a> ;

 Texto alterado
  Texto revogado
  Texto excluído
  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 1º O § 1º do artigo 2º, o § 3º do artigo 3º, e os artigos 6º e 7º do <a href="#">Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969</a> , passam a vigorar com a seguinte redação:	
"Art. 2º....."	
§ 1º A Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAN - poderá, com a aprovação prévia do Conselho Nacional de Comércio Exterior - CONCEX, estender a obrigatoriedade prevista neste artigo a mercadorias nacionais exportadas".	
<a href="#">Lei nº 6.137, de 7 de novembro de 1974</a>	XVI - o art. 2º da <a href="#">Lei nº 6.137, de 7 de novembro de 1974</a> ;
Art. 2º O artigo 1º da <a href="#">Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964</a> , é acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:	
"Art. 1º ....."	
Parágrafo único. A marcação prevista neste artigo poderá ser dispensada em casos especiais, no todo ou em parte, ou adaptada de conformidade com as normas que a esse respeito forem baixadas pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, para atender às exigências do mercado importador estrangeiro e a segurança do produto."	
<a href="#">Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de agosto de 1975</a> Dá nova redação ao artigo 10 da <a href="#">Lei nº 2.145 de 29 de dezembro de 1953</a> .	XVII - o <a href="#">Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de agosto de 1975</a> ;
<a href="#">Decreto-Lei nº 1.427, de 2 de dezembro de 1975</a> Estabelece condição para a emissão de guia de importação, cria o registro de importador, e dá outras providências.	XVIII - o <a href="#">Decreto-Lei nº 1.427, de 2 de dezembro de 1975</a> ;
<a href="#">Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976</a>	XIX - o parágrafo único do art. 140 da <a href="#">Lei nº 6.404, de 1976</a> ;
Art. 140. O conselho de administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela assembléia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, devendo o estatuto estabelecer:	
.....	
Parágrafo único. O estatuto poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representem.	







LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<a href="#">Decreto nº 84.248, de 28 de novembro de 1979</a> Regulamenta a inclusão dos cargos e empregos integrantes da categoria funcional de Tradutor do Grupo de Outras Atividades de Nível Médio na categoria funcional de Tradutor e Intérprete do Grupo Outras Atividades de Nível Superior.	XX - o <a href="#">Decreto nº 84.248, de 28 de novembro de 1979</a> ;
<a href="#">Lei nº 7.409, de 25 de novembro de 1985</a> Altera a estrutura da Categoria Funcional de Tradutor e Intérprete, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	XXI - a <a href="#">Lei nº 7.409, de 25 de novembro de 1985</a> ;
<a href="#">Lei nº 7.690, de 15 de dezembro de 1988</a> Dá nova redação ao art. 10 da <a href="#">Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953</a> .	XXII - a <a href="#">Lei nº 7.690, de 15 de dezembro de 1988</a> ;
<a href="#">Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991</a> Art. 5º O art. 10 da <a href="#">Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953</a> , alterado pelo art. 1º do <a href="#">Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de agosto de 1975</a> , e pelo art. 1º da <a href="#">Lei nº 7.690, de 15 de dezembro de 1988</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:	XXIII - o art. 5º da <a href="#">Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991</a> ;
"Art. 10. A licença ou guia de importação ou documento equivalente será emitida mediante o pagamento de emolumento, conforme tabela elaborada anualmente pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, como ressarcimento dos custos incorridos nos respectivos serviços.	
§ 1º O emolumento será devido na emissão de documento relativo a quaisquer produtos, independentemente do regime tributário ou cambial vigente da qualidade do importador ou do país de origem da mercadoria.	
§ 2º Não será exigido o emolumento nos casos de:	
.....	
j) importação de quaisquer bens para a Zona Franca de Manaus;	
l) importação de quaisquer bens para as áreas de livre comércio administradas pela Suframa.	
§ 3º Os recursos provenientes do emolumento referido neste artigo serão recolhidos à conta do Tesouro Nacional, como receita orçamentária da União, nos termos do <a href="#">Decreto-Lei nº 1.755, de 31 de dezembro de 1979</a> ."	
<a href="#">Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994</a>	XXIV - os seguintes dispositivos da <a href="#">Lei nº 8.934, de 1994</a> :

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 35. Não podem ser arquivados: .....	a) o inciso IV do caput e o parágrafo único do art. 35;
IV - a prorrogação do contrato social, depois de findo o prazo nele fixado; .....	
Parágrafo único. O registro dos atos constitutivos e de suas alterações e extinções ocorrerá independentemente de autorização governamental prévia, e os órgãos públicos deverão ser informados pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) a respeito dos registros sobre os quais manifestarem interesse.	
Art. 37. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento: .....	b) o inciso III do caput do art. 37;
III - a ficha cadastral de acordo com o modelo aprovado pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração;	
Art. 58. Os processos em exigência e os documentos deferidos e com a imagem preservada postos à disposição dos interessados e não retirados em 60 (sessenta) dias da publicação do respectivo despacho poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, exceto os contratos e suas alterações, que serão devolvidos aos interessados mediante recibo.	c) o art. 58; e
Art. 60. A firma individual ou a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de dez anos consecutivos deverá comunicar à junta comercial que deseja manter-se em funcionamento.	d) o art. 60;
§ 1º Na ausência dessa comunicação, a empresa mercantil será considerada inativa, promovendo a junta comercial o cancelamento do registro, com a perda automática da proteção ao nome empresarial.	
§ 2º A empresa mercantil deverá ser notificada previamente pela junta comercial, mediante comunicação direta ou por edital, para os fins deste artigo.	
§ 3º A junta comercial fará comunicação do cancelamento às autoridades arrecadoras, no prazo de até dez dias.	
§ 4º A reativação da empresa obedecerá aos mesmos procedimentos requeridos para sua constituição.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<a href="#">Lei nº 11.598, de 3 de dezembro 2007</a>	XXV - os seguintes dispositivos da <a href="#">Lei nº 11.598, de 2007</a> :
Art. 2º Fica criada a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, com a finalidade de propor ações e normas aos seus integrantes, cuja participação na sua composição será obrigatória para os órgãos federais e voluntária, por adesão mediante consórcio, para os órgãos, autoridades e entidades não federais com competências e atribuições vinculadas aos assuntos de interesse da Redesim.	a) o parágrafo único do art. 2º; e
Parágrafo único. A Redesim será administrada por um Comitê Gestor presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e sua composição, estrutura e funcionamento serão definidos em regulamento.	
Art. 4º Os órgãos e entidades que componham a Redesim, no âmbito de suas competências, deverão manter à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou inscrição.	b) os § 1º ao § 4º do art. 4º;
§ 1º As pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou de sua alteração deverão bastar a que o usuário seja informado pelos órgãos e entidades competentes:	
I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;	
II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização;	
III - da possibilidade de uso do nome empresarial ou de denominação de sociedade simples, associação ou fundação, de seu interesse.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 2º O resultado da pesquisa prévia de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverá constar da documentação que instruirá o requerimento de registro no órgão executor do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins ou de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.	
§ 3º Quando o nome empresarial objeto da pesquisa prévia de que tratam o caput e o inciso III do § 1º deste artigo for passível de registro pelo órgão público competente, será por este reservado em nome do empresário ou sócio indicado na consulta, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da manifestação oficial favorável.	
§ 4º A pesquisa prévia de que tratam o caput e inciso III do § 1º deste artigo será gratuita.	
<a href="#">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</a>	XXVI - os seguintes dispositivos da <a href="#">Lei nº 12.546, de 2011</a> :
Art. 25. É instituída a obrigação de prestar informações para fins econômico-comerciais ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativas às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados. .....	a) os § 3º ao § 6º do art. 25;
§ 3º São obrigados a prestar as informações de que trata o caput deste artigo:	
I – o prestador ou tomador do serviço residente ou domiciliado no Brasil;	
II – a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no Brasil, que transfere ou adquire o intangível, inclusive os direitos de propriedade intelectual, por meio de cessão, concessão, licenciamento ou por quaisquer outros meios admitidos em direito; e	
III – a pessoa física ou jurídica ou o responsável legal do ente despersonalizado, residente ou domiciliado no Brasil, que realize outras operações que produzam variações no patrimônio.	
§ 4º A obrigação prevista no caput deste artigo estende-se ainda:	
I – às operações de exportação e importação de serviços, intangíveis e demais operações; e	

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
II – às operações realizadas por meio de presença comercial no exterior relacionada a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, conforme alínea “d” do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Gats), aprovado pelo <a href="#">Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994</a> , e promulgado pelo <a href="#">Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994</a> .	
§ 5º As situações de dispensa da obrigação previstas no caput deste artigo serão definidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.	
§ 6º As informações de que trata o caput deste artigo poderão subsidiar outros sistemas eletrônicos da administração pública.	
Art. 26. As informações de que trata o art. 25 serão utilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na sistemática de coleta, tratamento e divulgação de estatísticas, no auxílio à gestão e ao acompanhamento dos mecanismos de apoio ao comércio exterior de serviços, intangíveis e às demais operações, instituídos no âmbito da administração pública, bem como no exercício das demais atribuições legais de sua competência.	b) os § 1º ao § 4º do art. 26;
§ 1º As pessoas de que trata o § 3º do art. 25 deverão indicar a utilização dos mecanismos de apoio ao comércio exterior de serviços, intangíveis e às demais operações, mediante a vinculação desses às informações de que trata o art. 25, sem prejuízo do disposto na legislação específica.	
§ 2º Os órgãos e as entidades da administração pública que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle ou fiscalização dos mecanismos previstos no caput deste artigo utilizarão a vinculação de que trata o § 1º deste artigo para verificação do adimplemento das condições necessárias à sua fruição.	
§ 3º A concessão ou o reconhecimento dos mecanismos de que trata o caput deste artigo é condicionada ao cumprimento da obrigação prevista no art. 25.	
§ 4º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior assegurará os meios para cumprimento do previsto neste artigo.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 37. A não comprovação da origem declarada implicará o indeferimento da licença de importação pela Secex.	c) o art. 37; e
§ 1º Após o indeferimento da licença de importação para determinada mercadoria, a Secex estenderá a medida às importações de mercadorias idênticas do mesmo exportador ou produtor até que ele demonstre o cumprimento das regras de origem.	
§ 2º A Secex estenderá a medida às importações de mercadorias idênticas de outros exportadores ou produtores do mesmo país ou de outros países que não cumpram com as regras de origem.	
Art. 40. No caso de importação de produto submetido à restrição quantitativa, quando não for comprovada a origem declarada, o importador é obrigado a devolver os produtos ao exterior.	d) o parágrafo único do art. 40.
Parágrafo único. O importador arcará com os ônus decorrentes da devolução ao exterior dos produtos a que se refere o caput .	
	<b>Art. 34.</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:
	I - trezentos e sessenta dias, contado da data de sua publicação, quanto à parte do art. 5º que altera o § 3º do art. 138 da <a href="#">Lei nº 6.404, de 1976</a> ;
	II - no primeiro dia útil do primeiro mês após a data de sua publicação, quanto aos art. 8º ao art. 12 e incisos III ao XV, XVII, XXII e XXVI do caput do art. 33;
	III - noventa dias, contado da data de sua publicação, quanto ao art. 7º; e
	IV - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.